

A FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA E DA ESCRITA SOB AS PERSPECTIVAS CONSTRUTIVISTA E HISTÓRICO-CULTURAL

Sabrina Carneiro de Sales¹; Michele Luana de Freitas Lima²; Tamara de Sousa Sena³; Joélia Mara da Costa⁴; Sirneto Vicente da Silva⁵

¹Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail:

sabrina.carneiro@aluno.uece.br

²Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail:

michele.luana@aluno.uece.br

³Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail:

tamara.sena@aluno.uece.br

⁴Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PGEEN/UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil, e-mail: joelia.costa@aluno.uece.br

⁵Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE), e-mail: sirneto.silva@uece.br.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo investigar a função social da leitura e da escrita a partir de perspectivas atuais sobre a educação, mediante um estudo comparativo entre as teorias histórico-cultural e construtivista. Por meio dessa pesquisa, buscou-se analisar as principais diferenças entre essas visões e o motivo que faz uma ser tão presente no cenário atual brasileiro enquanto a outra se encontra distante.

A leitura e a escrita são de fato habilidades primárias que devem ser adquiridas. Questiona-se então, a funcionalidade social dessas habilidades na sociedade atual por meio de diferentes perspectivas. Ademais, busca-se saber qual perspectiva está mais presente no cenário educacional.

No Brasil, a alfabetização se encontra centrada no processo de codificação e decodificação, concepção que está presente em projetos organizados pelo Ministério da Educação (MEC), documentos normativos, elaboração de livros didáticos, apresentando aspectos que necessitam de uma análise minuciosa.

Para uma melhor sistematização, além desta introdução, este resumo se divide em: metodologia, resultados e discussões, conclusão e referências bibliográficas.

Metodologia

Para realização dessa pesquisa de caráter qualitativa foi escolhida como metodologia a pesquisa teórico-bibliográfica que se caracteriza como:

[...] o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo de reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (Sousa: Oliveira, 2021, p. 66).

Com isso, foi essencial a leitura e sistematização dos textos para a compreensão do assunto abordado. Dentre os autores que embasam esse estudo se destacam Melo, Marques (2017), Marsiglia (2011), Martins e Marsiglia (2015), Facci (2004) e outros.

Resultados e discussão

A partir de uma análise histórica pode-se perceber como surgem essas duas teorias educacionais: o construtivismo e a perspectiva histórico-cultural. Em certo momento se nota a fusão de aspectos dessas percepções no processo de alfabetização. A partir disso, veremos a seguir como elas se denotam e surgem no Brasil.

A influência construtivista, no Brasil, é marcada pelo processo de redemocratização da política brasileira, pós-ditadura. Tinha-se, nesse período, um grande índice de analfabetismo. O pensamento acerca da alfabetização no contexto de uma perspectiva teórica construtivista foi introduzido como solução para as problemáticas da época, sendo um produto da pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita, realizada por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986 *apud* Melo; Marques, 2017). A característica principal dessa visão sobre leitura e escrita é a ausência de métodos, de modo que teceram inúmeras críticas aos métodos tradicionais. Com isso, o discurso construtivista se torna hegemônico e institucional, visualizando a aprendizagem como independente do ensino. Esse predomínio relaciona-se por estar alinhado às pedagogias centradas no aprender a aprender, nas quais o ensino sistemático e a mediação pedagógica são secundarizados, em comparação aos projetos educacionais orientados pela adaptação dos indivíduos às exigências sociais vigentes (Marsiglia, 2011; Martins; Marsiglia, 2015).

A teoria construtivista, baseada na epistemologia genética de Jean Piaget, visualiza a leitura e a escrita como objetos de conhecimentos construídos de forma progressiva pelo sujeito, a partir da interação deste com o meio. Dessa forma, a função social da leitura e da escrita para esta visão está relacionada a situações significativas de uso vivenciadas pelo indivíduo no seu dia a dia, sendo valorizadas as experiências como construção de hipóteses sobre o sistema de escrita. O ensino sistemático é secundário nesse processo, já que a aprendizagem está subordinada ao desenvolvimento cognitivo já alcançado pelo sujeito, cabendo ao professor o papel de mediador das práticas de leitura e da escrita. Mesmo que essa perspectiva reconheça o caráter social da linguagem, sua centralidade na aprendizagem individual limita a compreensão crítica da função social da leitura e da escrita como práticas historicamente determinadas (Facci, 2004; Marsiglia, 2011).

Consoante a pesquisa de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986 *apud* Melo; Marques, 2017), baseada na epistemologia de Piaget, a criança passa por quatro fases até alcançar o nível de escrita alfabética, indo do nível de representações pictográficas até a escrita alfabética comum; nesse processo a criança vai construindo a fonetização da escrita.

Na primeira fase nomeada de pré-silábica a criança ainda não percebe que a escrita é uma representação do som da fala e quando se solicita que escreva a palavra, ela faz uma representação pictográfica ou “escreve” de acordo com as características do objeto que quer representar. Na fase silábica já se nota a relação da escrita com a pauta sonora das palavras. Nesse momento, desenvolve-se a hipótese de que as letras presentes na palavra correspondem ao número de sílabas, acreditando-se no uso mínimo de duas, três ou quatro letras por palavras, para que possa ser lida. Também, elabora-se a hipótese de que as letras que formam uma palavra não podem se repetir. A fase silábico-alfabética é uma fase intermediária, a partir da qual a criança já consegue fazer relação entre grafema e fonema na maioria das palavras, mas ainda carrega nuances da fase anterior. E finalmente, na fase alfabética o aluno entenderá que

as letras são unidades menores que as sílabas; embora cometa erros ortográficos, esse aluno já consolidou a relação entre grafemas e fonemas em todas as palavras (Coutinho, 2005).

A escrita é vista como um objeto de uso social, que é percebida pela criança fora do ambiente escolar. Dessa forma, é necessário que ela chegue à criança na forma em que é usada socialmente. Acerca da interpretação dessa visão sobre o uso social da leitura e escrita, o letramento define que um indivíduo letrado assume o seu papel na sociedade que lhe é pré-determinado e nesse meio corresponde às demandas profissionais, econômicas e sociais que são de sua responsabilidade, pois visualiza a realidade a partir do critério sobre ciência e razão, traz os aspectos duais de ideia e matéria pelos quais se tem a visualização da realidade como algo estático e parcial (Martins; Marsiglia, 2015). Essa é a visão adotada em um cenário político neoliberal brasileiro e se tornou hegemônica com estratégias presentes em livros didáticos e é institucionalizada em programas do Ministério da Educação.

A teoria histórico-cultural foi desenvolvida a partir dos estudos de Vigotski, Leontiev e Luria. Tem seu início no período pós-revolução Russa no instituto de Psicologia de Moscou. Inspirada no Materialismo Histórico-Dialético de Marx e Engels. Luria afirma que o objetivo primordial do grupo era "[...] criar um novo modo, mais abrangente, de estudar os processos psicológicos humanos" (Luria, 1988b, p. 22 *apud* Rego; Oliveira, 2010, p. 111).

Essa teoria, a partir das bases materialistas, estuda a realidade mediante seu movimento, nas contradições e as modificações promovidas por ela, baseando-se nos princípios da totalidade, movimento e contradição, que admite uma análise do real em seu aspecto total e não somente em partes isoladas. Admitindo ainda o movimento e desenvolvimento a partir das contradições do real, visualizando um processo de leitura e escrita que integra indagações a respeito de como se ensinar, como se aprender e a respeito do que se aprende e para que se aprende. Ela coloca a interação social e a linguagem como instrumentos que auxiliam na apropriação dos saberes acumulados historicamente, postulando que se deve ter acesso a esses saberes desde a infância, e no desenvolvimento das funções psíquicas superiores (Martins; Marsiglia, 2015).

A respeito da aprendizagem, Vigotski (2007, *apud* Melo; Marques, 2017) propõem que se considere no desenvolvimento das crianças elementos que elas já dominam e elementos que elas podem dominar a partir da ajuda de indivíduos mais experientes. O que será chamado de Zona De Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP envolve a distância do nível de desenvolvimento real, definido pela habilidade de resolução de problemas sem auxílio e o nível de desenvolvimento potencial que é determinado pela possibilidade de resolução de problemas através de interação com uma pessoa mais experiente. Assim, cabe ao professor trabalhar com esse conjunto de informações a partir dessa potencialidade de aprendizagem até que se atinja o nível de desenvolvimento real, no qual a aprendizagem será consolidada. Assim, conclui-se que a aprendizagem se adianta ao desenvolvimento sendo necessária para que ele ocorra (Rodrigues *et al.*, 2021).

Luria (2014 *apud* Melo; Marques, 2017) destaca ainda o processo anterior à escrita e leva a criança à apropriação da escrita, que se adianta ao processo de ensino e aprendizagem escolar, a pré-história da escrita. Processo esse, que se assemelha ao da humanidade ao longo do tempo. A escrita, nessa visão, surgiu com propósito de auxiliar a memória, e é assim que ela deve ser apresentada à criança. Quando essa é inserida na escola essa função mnemônica se faz cada vez mais presente na vida do indivíduo. A primeira fase da pré-história da escrita é chamada de fase pré-instrumental. Nessa fase, a escrita é para a criança um brinquedo, onde não se compreende a escrita, utilizando dela a partir da imitação de adultos. Na fase da escrita gráfica diferenciada, a criança já atribui significado a esse processo e o registro começa a ter função mnemônica, já se diferenciam rabiscos e as linhas soltas de traços que apresentam sentido. Na

fase pictográfica o indivíduo utilizará o desenho como método para registro. E por fim, a fase simbólica caracteriza-se quando o desenho se torna insuficiente para realizar o registro, sendo necessário ser substituído pela palavra. Tornando-se evidente que para que a escrita deixe de ser um simples ato imitativo para se tornar um registro diferenciado e funcional é necessário que haja mediações nesse processo (Gobbi; Galvão, 2022).

Entendemos essa visão como revolucionária pois, de acordo com Oliveira e Rego (2025), compreende o ser humano em sua forma integral e entende a leitura e a escrita como práticas sociais historicamente construídas, nas quais a função social ultrapassa o uso adaptativo da linguagem. A partir dessa perspectiva, ler e escrever são instrumentos de apropriação da cultura, de desenvolvimento das funções psíquicas superiores e de formação de consciência crítica, com o fim de compreender a realidade social e transformá-la. Ao valorizar o ensino intencional e a mediação do professor, também defende que todos tenham acesso aos conhecimentos produzidos historicamente. Por esse motivo, essa teoria não foi adotada em nenhum governo brasileiro, nem nos ditos de esquerda.

Enquanto a teoria piagetiana, que é a base do construtivismo, pressupõem que o indivíduo nasce como um ser natural e individual e depois se torna social a partir do meio e de sua maturidade psicológica e biológica a visão histórico-cultural retrata a natureza do ser humano como indivíduo inerentemente social. Ou seja, o ser humano já nasce da espécie humana e se torna do gênero humano, a partir do acesso à cultura acumulada (Martins; Marsiglia, 2015).

Dessa forma, as autoras supracitadas destacam sobre a importância do trabalho para o desenvolvimento histórico-social do indivíduo:

[...] O desenvolvimento psíquico resulta do entrelaçamento e das contradições instaladas entre as "duas linhas" que regem a vida humana, ou entre dois processos: o biológico e o cultural. Por essa orientação, afirmou a intervencional e interdependência entre ambos, de sorte que o comportamento efetivamente humano não resulta nem de um enraizamento biológico, nem de um determinismo social, mas da unidade contraditória instalada entre a natureza e cultura por meio do trabalho, atividade que, por excelência, engendra a relação do sujeito com seu entorno físico e social (Martins; Marsiglia, 2015, p. 20).

A compreensão da função social da leitura e da escrita, portanto, varia conforme a concepção de educação adotada, podendo assumir um caráter adaptativo ou crítico.

Conclusões

A partir da análise das perspectivas construtivista e histórico-cultural, conclui-se que ambas reconhecem o caráter social da leitura e da escrita, porém atribuem sentidos distintos à sua função social. Enquanto a perspectiva construtivista compreende a leitura e a escrita principalmente como práticas construídas a partir das experiências individuais do sujeito em situações significativas de uso, a Psicologia Histórico-Cultural entende essas práticas como instrumentos de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos e de formação da consciência crítica.

Nesse sentido, a função social da leitura e da escrita pode assumir um caráter adaptativo, quando voltada à inserção do indivíduo em práticas sociais já estabelecidas, ou um caráter crítico e transformador, quando orientada pelo ensino intencional e pela mediação pedagógica. Essa diferença explica por que a perspectiva histórico-cultural é considerada revolucionária, ao defender o acesso universal ao conhecimento sistematizado e compreender a leitura e a escrita como meios de compreensão e transformação da realidade social.

Palavras-Chave: Alfabetização; Construtivismo; Psicologia Histórico-cultural; Função social da Escrita.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Marília de Lucena. Psicogênese da língua escrita: o que é? como intervir em cada uma das hipóteses? uma conversa entre professores. In: MORAIS, Artur Gomes *et al* (org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-68.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **O professor e o construtivismo**. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 79–121.

GOBBI, Adalgiza Gonçalves; GALVÃO, Ana Carolina. As relações entre trabalho e linguagem: questões sobre o desenvolvimento humano e os processos educativos. In: CHRAIM, Amanda Machado; PEDRALLI, Rosângela (org.). **Alfabetização e humanização: a apropriação inicial da escrita sob bases histórico-culturais**. Campinas, SP: Ponte Editores, 2022. p. 24-45.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial na rede estadual de ensino paulista: análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **As perspectivas construtivistas e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 93 p

MELO, Eliane; MARQUES, Sílvio. (2017). História da alfabetização no Brasil: novos termos e velhas práticas. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. 11. 324. 10.19177/prppge.v11e202017324-343.

OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina. Contribuições da perspectiva histórico-cultural de Lúria para a pesquisa contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 107-121, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wkC39ktPnbgBdRDc8zR3WWC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

RODRIGUES, R. G.; DA SILVA, J. L. T.; SILVA, M. A. Aprofundando o conhecimento sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky. **REVISTA CARIOCA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E**

EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 2–15, 2021. DOI: 10.17648/2596-058X-recite-v6n11. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/123>. Acesso em: 12 nov. 2023.